

# Ninguém vai "zerar" a Constituinte, afirma Ulysses

O deputado disse que a nova Carta sai "na marra" até abril e chamou de "três patetas" os ministros militares que outorgaram a Constituição de 69



Sarney e o retrato de d. Pedro 1º

## Pedro 1º do Brasil foi Pedro 4º em Portugal

O d. Pedro 1º e o d. Pedro 4º mencionados ontem por Ulysses Guimarães são a mesma pessoa — o primeiro imperador do Brasil (1822-31) foi também o 27º rei de Portugal (março a maio de 1826). Em novembro de 1823, o Pedro imperador dissolveu por decreto a Assembleia Constituinte instalada meses antes sob a alegação de que fora convocada para "salvar o Brasil dos perigos iminentes". Em 1826, com a morte de d. João 6º, o imperador do Brasil assume o trono português como Pedro 4º, outorga nova Carta a Portugal e abdica em favor da primogênita, Maria da Glória. Dois anos depois, Miguel, irmão de Pedro, toma o trono de Portugal com apoio dos absolutistas e anula a Carta de 1826. Em 1832, Pedro retorna à Europa como duque de Bragança e, ao lado dos constitucionais portugueses, participa ativamente da guerra civil que em 1834 restaura a monarquia constitucional portuguesa.

## TVs omitem a declaração sobre a Junta Militar

Do Redação

O "Jornal Nacional" da Rede Globo de Televisão, levado ao ar diariamente às 20h, deixou de noticiar ontem as declarações do deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso Constituinte, que chamou de "três patetas" os três ministros militares que assinaram a Constituição outorgada de 1969. Procurado ontem à noite no Rio de Janeiro para explicar os motivos da ausência da fala de Ulysses no telejornal, Armando Nogueira, diretor-geral de programação da rede, não foi localizado. Os demais editores e responsáveis de jornalismo não quiseram se pronunciar. Os noticiários da Rede Manchete de Televisão também não registraram as afirmações de Ulysses. Igualmente, nenhum responsável pelo telejornal foi localizado.

Já a TV Cultura de São Paulo, ligada à Fundação Padre Anchieta, transmitiu no jornal das 20h30 as declarações do presidente do Congresso Constituinte. Os responsáveis pelos telejornais das demais redes (SBT, Gazeta e Record), procurados pela Folha, também não foram encontrados. Hélio Jacinto, um dos editores de jornalismo da Rede Bandeirantes de Televisão, afirmou à Folha, às 22h30, por telefone, que as declarações de Ulysses não foram ao ar no jornal das 20h30 "por falta de tempo para o fechamento da edição", mas que "muito provavelmente" seriam transmitidas no noticiário das 23h40. "Não há nenhuma orientação para não transmiti-las", disse.



Ulysses Guimarães concede entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes após encontrar-se com Orestes Quéricia



Brigadeiro Marcio de Souza e Mello



General Aurélio Lyra Tavares



Almirante Augusto Rademaker

## Mello recebe declaração com 'ojeriza'

Do Sucursal do Rio

O brigadeiro Marcio de Souza e Mello, 81, que integrou a Junta Militar que governou o país de agosto a outubro de 1969, recebeu com "ojeriza" a declaração de Ulysses Guimarães. O deputado o definiu, bem como aos outros dois membros da Junta, general Aurélio Lyra Tavares e almirante Augusto Rademaker (já morto), como "três patetas". "Dele (Ulysses) eu não poderia esperar coisa diferente. Mas não quero polemizar. Desejo desconhecê-lo por completo", disse. O

general Lyra Tavares limitou-se a dizer "que todos têm o direito de pensar e falar. Eu só quero pensar. Penso em tudo, mas não falo". "Os 'três patetas' tiveram o país nas mãos e poderiam ter feito o que quissem. Entretanto, tomaram entre si o compromisso de não desejar nada de pessoal e de restaurar as condições de normalidade política no menor tempo possível", disse Souza e Mello por telefone. afirmou que "os homens de hoje são tão míopes" que não conseguem entender o esforço feito pela Junta, que, segundo ele, governou o país num clima de

comunicação nacional. Lembrou que foi durante nesse período que houve o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Sobre a emenda constitucional de 69, disse apenas que "foi um trabalho de homens bem intencionados mas com pouca técnica". O brigadeiro vive "num casulo como todos os velhos" e não gosta do quadro político atual. "Está uma tristeza. Só há ambição e trapaça. Todos querendo levar vantagem em tudo." Sobre Ulysses, disse apenas que "é um homem ambicioso".

## Costa Couto nega ter dossiê contra os senadores da CPI

Das Sucursais de Brasília, Macéio e Porto Alegre

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, negou ontem a existência no Palácio do Planalto de qualquer tipo de dossiê arrolando parlamentares supostamente beneficiados nas últimas eleições por contribuições financeiras irregulares de empresas privadas. "Desconheço qualquer iniciativa sobre este assunto. O Palácio do Planalto não elaborou qualquer documento neste sentido", disse Costa Couto ontem à tarde à Folha, por telefone. A possível existência de um dossiê com denúncias contra parlamentares foi noticiada no último domingo pelo jornal "O Globo", que citou como fonte da informação "um ministro de Estado". Houve uma série de reuniões ontem no Palácio do Planalto para discutir o assunto. O jornalista Antônio Drummond, subchefe do Gabinete Civil para Assuntos de Imprensa e Divulgação, reuniu-se por cerca de uma hora com Costa Couto, no gabinete do ministro. Depois ambos seguiram diretamente para o gabinete do presidente Sarney. À tarde, na entrevista que deu aos jornalistas no Palácio do Planalto, Drummond acrescentou que o

presidente Sarney "desconhece o assunto". Segundo a informação do jornal "O Globo", entre os parlamentares que teriam sido beneficiados por contribuições irregulares em sua última campanha eleitoral estavam membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pelo Senado na semana passada para apurar denúncias de corrupção contra o governo. A tarde Antônio Drummond negou também uma notícia publicada no "Jornal do Brasil", de que o Serviço Nacional de Informações (SNI) teria preparado outro dossiê, desta vez sobre irregularidades na administração do governo de Alagoas.

"Calúnia, injúria e difamação" O governador alagoano, Fernando Collor de Mello (PMDB), 38, disse ontem em Macéio que vai processar o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, "por calúnia, injúria e difamação". "Vou entrar na Justiça com uma queixa-crime tão logo a ação fique pronta", disse o governador sobre o suposto dossiê preparado pelo SNI.

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), 47, disse ontem, em Porto Alegre, que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da corrupção — da qual é relator — deverá enviar hoje a Ronaldo Costa Couto um ofício solicitando que o governo comunique de maneira oficial se existem de fato acusações contra parlamentares. "Queremos saber se é boato ou se alguém do governo confirma as acusações do dossiê, que até agora é anônimo", afirmou.

MARCELO PARADA  
Do Reportagem Local

O presidente do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães, 71, disse ontem à tarde, no Palácio dos Bandeirantes (zona sul paulistana), após encontro de 50 minutos com o governador Orestes Quéricia, que a "daria nota zero a essa idéia de zeração da Constituinte, que significa a dissolução da Constituinte", numa dura resposta às críticas do ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, e do próprio presidente José Sarney ao Congresso Constituinte. Ulysses afirmou ainda que ninguém seria capaz de dissolver o Congresso constituintes, descartando a possibilidade de o presidente José Sarney e os ministros militares venham a fazê-lo. "Eu conheço suficientemente o presidente José Sarney e sei que ele não iria repetir um dos acontecimentos que não abrilhantam a biografia de d. Pedro 1º que dissolveu a Constituinte de 1823 e outorgou a Constituição de 1824", disse.

A seguir, o deputado afirmou, sobre a possibilidade de intervenção militar: "Eu conheço os atuais ministros militares e sei de sua profunda convicção democrática, da pura convicção democrática que eles têm". Ulysses se referia à Junta Militar que outorgou a atual Carta em outubro de 1969 como "os três patetas" que fizeram, segundo ele, "uma Constituição caricata que foi promulgada pelos três ministros militares em nome da ditadura". Para o presidente do PMDB, a idéia de "zeração", como ele diz, "não

passa de uma especulação de mau gosto". Ulysses afirmou que o novo texto constitucional "vai sair na marra (até 21 de abril) e serei o marreteiro dessa Constituição".

Ulysses afirmou que não conversou com Quéricia sobre a duração do mandato presidencial nem sobre sua possível candidatura ao cargo. O governador paulista, porém, disse que "pelos trabalhos prestados ao partido e à nação, ele (Ulysses) é o candidato natural do PMDB". O deputado tocou na questão do mandato em dois momentos. No primeiro, repetiu que a Convenção do PMDB não fechou posição quanto a quatro ou cinco anos. Depois afirmou que não está "de forma nenhuma aliciando quanto a essa questão do mandato de quatro anos". Para Ulysses, nada está definido quanto a esta questão. Segundo ele, "meu gabinete é um confessionário, (os deputados) vão para lá conversar, falam neste assunto e eu noto que ninguém tem previsão segura: se um diz que vai dar quatro anos, outro por tais e tais razões diz que vai dar cinco".

O presidente do Congresso Constituinte disse que conversou com o presidente José Sarney, durante o café da manhã, "e ele não falou em dossiê nenhum". O deputado se referia à existência de um suposto documento que o Planalto teria em seu poder com o nome de deputados e senadores que tiveram campanhas financiadas em 86 por empresas privadas. "Evidentemente quem tem um dossiê, se ele é comprometedor, contém realmente uma irregularidade, deve torná-lo público".

## 'Não estou aliciando quanto aos quatro anos'

Estes são os principais trechos da entrevista coletiva concedida pelo deputado Ulysses Guimarães:

Ulysses Guimarães — Desejo dizer que eu persigo uma meta que seria pelo menos termos a Constituição pronta a 21 de abril.

Pergunta — Como o sr. recebeu as críticas do ministro Antônio Carlos Magalhães e do presidente Sarney à Constituinte?

Ulysses — Em primeiro lugar, eu daria nota zero a essa "zeração", a essa idéia de "zerar". Isso significaria dissolver a Constituinte que está trabalhando no ritmo que todos conhecem. Pergunto: quem iria fazer isso? Eu conheço suficientemente o presidente José Sarney e sei que ele não iria repetir um dos acontecimentos que não abrilhantam a biografia de d. Pedro 1º, que dissolveu a Constituinte de 1823 e outorgou a Constituição de 1824. Apesar de atrás da cadeira do presidente Sarney — em que eu já me sentei várias vezes — estar o retrato de d. Pedro 1º, não acho d. Pedro 1º, 4º de Portugal, d. Pedro 4º restaurou a legalidade monárquica no seu país, derrotando o ditador que era seu irmão d. Miguel. Não acredito, muito menos, que os militares vão fazê-lo, muito menos que os militares vão fazer isso. De maneira que, em 1969, fazendo uma Constituição caricata que foi promulgada pelos três ministros militares em nome da ditadura. E eu conheço os atuais ministros e sei de sua profunda convicção democrática que eles têm. De maneira que isto é apenas uma especulação apenas de mau gosto. Quanto à outra parte, eu estive sexta-feira com o presidente Sarney, tomei o café da manhã com ele e ele falou me falou do programa que fez. Quando se aprovou o primeiro dispositivo que falava da autorização judicial para prisão e com a extensão que foi dada, eu perguntei para o Bernardo Cabral, que é o relator e que fica à minha direita: não precisamos no segundo turno ou na segunda votação examinar isto, porque eu preciso distinguir entre a prisão administrativa, a prisão disciplinar e a prisão em termos de caso de polícia disciplinar. Por exemplo, é de grande interesse do poder militar, das Forças Armadas. Se por exemplo num navio tiver alguém que desrespeite a hierarquia, não vai se desleixar o navio para pedir ordem para o juiz para poder prender ou punir, evidentemente isto se torna difícil, nós vamos examinar isso. Quanto à outra parte, há razões de um lado, há razões de outro. E preciso que se veja, na verdade cabre muito abuso, nesse país, de "esteje-press". Qualquer pessoa se arroga o direito de prender. Em vários países há isso, se trata da autorização judicial. Temos que examinar, vamos examinar com a cautela devida. O grave problema do Brasil não é a impunidade. Esse é que é o grave problema, o que é grave em matéria principalmente de Direito Penal não é a gravidade da pena, é a certeza da impunidade. As cadeias estão cheias, mas há muita gente fora, inclusive condenada. Este é que é o problema principal que temos que resolver, porque a experiência mundial, na Inglaterra, para acabar com a pena de morte, é certeza da punição. Esse é um ato que todos devemos nos voltar, inclusive a própria Constituição deve criar condições para enfrentar esse problema.

P — Quem são os três patetas aos quais o sr. se referiu?

Ulysses — Hoje eu sei não existe nenhum pateta. Os três patetas foram os três ministros militares que naquela ocasião, em 1969, fizeram entrar goela abaixo do povo brasileiro essa Carta constitucional que está aí no país.

P — Analiso com o governador Quéricia a questão do mandato?

Ulysses — Não, não tratamos desse assunto, porque a convenção do nosso partido levou isso à consciência de cada um. Fica muito complicado estar procurando desrespeitar essa decisão da convenção. De maneira que esse assunto não foi versado na minha conversa com o governador Orestes Quéricia.

P — O "Carreio Brasileiro" disse que nesse encontro o sr. vinha articular a sua candidatura à Presidência com o governador Quéricia. Tem fundamento?

Ulysses — Eu quero dizer a vocês, repellido o seguinte: eu sou um homem de relativa experiência sobre os assuntos políticos e acho que devemos cuidar de cada coisa a seu tempo. Quem quer cuidar de três, quatro coisas, acaba não cuidando de coisa alguma. Governar, principalmente, ou atuar na política, é hierarquizar os problemas, é escaloná-los, eu estou inteiramente mergulhado na Constituinte, desde manhã cedo até a meia-noite, de madrugada, presidindo no meu gabinete, eu desejo que essa Constituição vá sair na marra, e eu serei o marreteiro dessa constituição, estou sendo, de maneira que eu quero dizer que estou conversando com Quéricia, não procurei versar sobre esse assunto, vamos tratar dessas coisas depois da promulgação da Constituição.

P — O apressamento nesse momento da Constituinte não estaria ligado à sua preocupação com a própria candidatura à Presidência?

Ulysses — Primeiro temos de verificar se vence realmente o presidencialismo ou o parlamentarismo. Depois cinco anos ou quatro anos. Depois vamos unir os companheiros, quem vai ter uma voz muito importante nesse assunto é evidentemente o governador Quéricia, por razões óbvias, de forma que dessas coisas eu não vou falar. Acho que eu não adianta ocupar 50, 30, 20%, fazer isso a prestação, a essas coisas você tem de se

entregar integralmente, quando vai se tratar um assunto dessa magnitude tem de se pensar em convenção, tem de se pensar nas condições em que as conversas se farão, é o dia inteiro tratando disso, não adianta começar a beliscar ou bolinar esse assunto, não adianta nada.

P — Qual o sr. acha que é a tendência hoje sobre o mandato e o sistema de governo?

Ulysses — Eu desejo dizer a vocês que é muito difícil de fazer essa avaliação, eu mesmo tenho conversado muito com pessoas. Meu gabinete é um confessionário. Vão lá para conversar, falam nesse assunto e eu noto que ninguém tem uma previsão segura. Se um diz que vai dar quatro anos, outro por tais e tais razões diz que dá cinco. De maneira que isso é uma gangorra. Acho que a diferença será pequena, principalmente, se você dividir por dois. São modificações que podem se dar até no dia da votação. É muito difícil. Eu não me aventuraria a fazer uma previsão.

P — Porque agora o interesse na corrida para que a Constituição acabe já, se até agora ela foi levada na barriga?

Ulysses — Na corrida do seguinte: ela teve uma evolução que é como a gravidez. Não adianta, tem de esperar os nove meses para nascer a criança. Não adianta ficar querendo, ficar ansioso, ficar andando de lá para cá, não adianta. De maneira que eu tem uma gestação suaveria. Começou com as 24 comissões, depois as comissões; a Comissão de Sistematização e agora o projeto desaguou no plenário. Agora que está saindo, eu acho que o projeto vai sair. Dependendo da presença em Brasília dos constituintes o que felizmente está se verificando. Então se justifica perfeitamente que agora não procuremos por um pé no acelerador para que o projeto saia mais depressa.

P — Depois da crise que começou a passar o Centrão, o sr. acha que restou alguma coisa desse grupo?

Ulysses — Essas denominações são de caráter artificial. Eu vejo o plenário sentido da minha cadeira, como se um em certos congressistas conforme a natureza da emenda e conforme o estilo de cada constituinte. Aqueles que estão mais à esquerda, os que estão mais à direita, os que tem havido centrados, de maneira que não é para funcionar permanentemente, funciona ao sabor das proposições. Acredito que esta regra, como a Constituinte não funciona monoliticamente. Eles também se esparram, se desbordam, acho que esta regra é salutar para a elaboração da Constituição.

P — Mas durante algum tempo esse grupo parlamentar votou unido.

Ulysses — Acho que quando foi o regimento, isso aconteceu. Quando começamos a votar o preâmbulo e as medidas posteriores ligadas ao artigo 6º e seus 40 parágrafos, eu acho que o Centrão não funcionou monoliticamente. Eles também se esparram, se desbordam, acho que esta regra é salutar para a elaboração da Constituição.

P — Mas durante algum tempo esse grupo parlamentar votou unido.

Ulysses — Não, eu não tenho tido tempo para me fixar em um detalhe embora importante, um episódio muito importante da Constituinte. Desde as primeiras horas da manhã fico estudando parágrafos, artigos, emendas, destaques e incisos. É uma parafúria. E eu me envolvo em tudo, procuro ordenar o trabalho inclusive da presidência. De maneira que eu não estou de forma nenhuma aliciando quanto à essa questão do mandato dos quatro anos.

P — O sr. confirma a reunião do Diretório Nacional do PMDB?

Ulysses — A reunião do Diretório eu havia conversado com seus principais articuladores sobre a conveniência de que fosse adiada a reunião do diretório para a Convenção. Eu acho que na indefinição não se pode ter definição nenhuma. E nós temos ainda as indefinições constitucionais que só desaparecerão com a promulgação da Constituição. Contudo na semana anterior eu fui procurado por esses articuladores que estão desejosos que a reunião se realize. E tem o direito, porque ela não depende de mim. Se dependesse de mim, não a convocaria. Mas, ela tem o número de assinaturas, a convocação tem o número de assinaturas, eles quiserem, vamos fazer a reunião. Eu vou ter novos contatos com aqueles que mais tem se destacado quanto essa idéia, notadamente o deputado Scalco e se for para fazer a reunião temos que fazer a pauta da reunião, tem que publicar o edital oito dias antes para que a reunião se realize.

P — Com a volta da inflação, o que o sr. acha da proposta de pacto que está sendo cogitada por entidades da sociedade civil, como Fiesp e CGT?

Ulysses — Acho a idéia muito fecunda, ela já aprovou bem em alguns países e entendo que isto forma dentro da idéia de que não é o governo o responsável pelo todo. Parte interessada no caso, são os empresários, os trabalhadores devem também se movimentar, devem ter diálogo, devem procurar fórmulas para em conjunto com o governo resolver o problema. Acho que é uma idéia que deve prosperar principalmente pela sua espontaneidade.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS PERFECTA CURITIBA LTDA.  
Av. Congaibé, 209 — Fênix —  
Comunica a mudança de seus telefones: de n.º 941-3092 para 293-9077 e 293-7410 para 293-9314.